

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS NA REGIÃO AMAZÔNICA¹

Margareth da Silva Guerra^I, Maria Edilene da Silva Ribeiro^{II}, Maria Eduarda Ribeiro Valente^{III}

RESUMO

Este artigo traz os resultados da pesquisa que teve como objeto de estudo a produção do conhecimento científico sobre a avaliação da educação superior em teses e dissertações em Programa de Pós-graduação em Educação de universidades públicas da região norte, da Amazônia Brasileira, no período de 2015-2023. O objetivo foi mapear e discutir a produção do conhecimento sobre avaliação da educação superior produzida em dissertações de mestrado e teses de doutorado, da linha de pesquisa em Políticas Educacionais dos PPGDE's das Universidades Públicas, localizadas na região Norte, tendo como propósito identificar movimentos de resistência epistemológica com produção de diferentes cosmovisões contra-hegemônicas. A pista analítica que utilizamos para a compreensão do objeto foi a categoria contra-hegemônica na perspectiva materialista histórico e dialética gramsciana (1999), para tanto, realizamos uma pesquisa do estado do conhecimento baseadas no estudo bibliográfico, sendo que no procedimento foi feita a identificação, registro e categorização que levaram a sínteses sobre a produção científica. Nas produções selecionadas, observou-se um conhecimento acerca dos mecanismos de regulação do Sinaes. Os estudos trazem indicações necessárias para rupturas que trilham para uma conhecimento contra-hegemônico. A contribuição dos estudos se focaliza na análise mais pontual em relação à dualidade que provoca certa tensão que permeia o Sinaes: a relação dicotômica entre a regulação e a emancipação da avaliação. A possibilidade contra-hegemônica ainda se revela discreta e sutil, sem experiências que tenham se mostrado exitosas ou inovadoras na área.

Palavras-chave: Produção do conhecimento, Avaliação da educação superior, Universidades da Amazônia.

¹ Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

^I PPGED, Universidade Federal do Amapá, Macapá, Amapá, Brasil. E-mail: profamargarethguerra@gmail.com.

^{II} PPGED, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil. E-mail: mariaedileneribeiro@yahoo.com.br.

^{III} Bolsista de Iniciação Científica CNPQ, ICED, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará.

PRODUCTION OF KNOWLEDGE ABOUT EVALUATION OF HIGHER EDUCATION IN POSTGRADUATE PROGRAMS IN EDUCATION AT PUBLIC UNIVERSITIES IN THE AMAZON REGION

This article presents the results of the research that had as its object of study the production of scientific knowledge on the evaluation of higher education in theses and dissertations in the Postgraduate Program in Education of public universities in the northern region, of the Brazilian Amazon, in the period of 2015-2023. The objective was to map and discuss the production of knowledge on the evaluation of higher education produced in master's dissertations and doctoral theses, from the line of research in Educational Policies of the PPGDE's of Public Universities, located in the North region, with the purpose of identifying resistance movements epistemological with production of different counter-hegemonic worldviews. The analytical clue we used to understand the object was the counter-hegemonic category in the historical materialist perspective and Gramscian dialectics (1999), to this end, we carried out a survey of the state of knowledge based on bibliographical study, and in the procedure identification was made, registration and categorization that led to syntheses on scientific production. In the productions of knowledge about the regulatory mechanisms of Sinaes, the studies bring necessary indications for ruptures that move towards counter-hegemonic knowledge. The contribution of the studies focuses on the more specific analysis in relation to the duality that causes a certain tension that permeates Sinaes: the dichotomous relationship between regulation and the emancipation of evaluation. The counter-hegemonic possibility still reveals itself to be discreet and subtle, without experiences that have proven successful or innovative in the area.

Keywords: Knowledge production, Evaluation of higher education, Universities in the Amazon.

INTRODUÇÃO

Em tempos de crise e de transição, exige-se pensar em qual momento vivemos no interior da civilização do capital, sob a égide da Sociedade do Conhecimento que define as configurações do conhecimento no século XXI. A tendência é que os intelectuais se confrontem com a necessidade de desvelar crises, mudanças e tendências emergentes, que definem contra-hegemonia (Gramsci, 1999).

A civilização do Capital vulnerabiliza a produção do conhecimento com padrões de dominação abstratos e sutis, novas formas de uma arena na produção do

conhecimento entre novas formas de dominação e novas expressões de luta e resistência. A agenda contemporânea predatória do capital exige uma releitura dos fenômenos sociais a partir de uma leitura crítica e dialética das disputas hegemônicas – Processos de produção da ciência sob a lógica de expansão do capital, que segundo Mészáros significa um fardo histórico do nosso tempo (Mészáros, 2005).

O foco da abordagem que foi utilizada para a pesquisa tem como sustentação teórica, para análise do objeto, processos de liquidez da produção do conhecimento hegemônico através de conhecimentos contra-hegemônicos contrapondo-se a alienação e a intolerância que se tecem sutilmente no movimento incontrolável e destrutivo do capital (Mészáros, 2005).

A busca pelo conhecimento tornou-se sinônimo de poder dentro da lógica do capital cultural (Sobrinho, 2005), elemento central na construção das sociedades do conhecimento, adentrando no cotidiano dos governos, das instituições e das relações sociais. A busca pelo conhecimento como um elemento de desenvolvimento social tem sido a motivação das relações estabelecidas entre países a partir de acordos internacionais, de cooperação e intercâmbios, da formação de redes interligadas entre pesquisadores, grupos, acadêmicos, instituições e órgãos de governos, dentre outros tipos, com o propósito de alcançar o desenvolvimento social a partir do conhecimento.

Nesse cenário de convergências, cooperação e intercâmbios, os sistemas de avaliação da qualidade, em especial da educação superior, tornaram-se essenciais ao asseguramento da qualidade das instituições de países que firmam esses acordos, na tentativa de assegurar que tais instituições sejam de qualidade reconhecida internacionalmente.

Em recente estudo, demarcamos posição de preocupação em relação ao credo de que a cooperação internacional e regional, em destaque no estudo, a da educação em nível superior, representam possibilidades de avanços para países emergentes, tais como os da América Latina, pautando-se na possibilidade de produzir, utilizar e difundir conhecimento, o qual denominamos de “Conhecimento inteligente” (Santos, 2016).

Na perspectiva de um conhecimento que venha proporcionar um paradigma emancipatório, um conhecimento que crie condições para a elaboração de uma

sociedade mais justa, democrática e solidária. Nesta perspectiva, o conhecimento passa a ser um bem de valor social e a valorização do conhecimento produzido, em especial nos países emergentes da América Latina, passa a ser essencial a seu desenvolvimento.

Os estudos acerca da temática da avaliação da educação superior tornaram-se imprescindíveis para entender o fenômeno recente do asseguramento da qualidade, seja nas instituições, nos organismos governamentais ou em outros espaços da produção do conhecimento. No Brasil, a produção do conhecimento na temática da avaliação da qualidade da educação superior tem alcançado um espaço em crescimento dentro do conjunto de pesquisas cadastradas no Brasil. O diretório dos grupos de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) conta atualmente com 32 grupos que tratam de pesquisas na área da avaliação da educação superior, destes somente 02 são ligados a universidades na Amazônia. No que diz respeito ao banco de teses da CAPES, tem-se a produção de 204 dissertações e de 89 teses que tratam da temática da avaliação da educação superior, somando 293 produções. Destas 05 produções estão ligadas a universidade na região norte. É perceptível que a produção do conhecimento na temática da avaliação da educação superior ainda é muito recente e pequena, mas que nos instiga entender a importância da temática e de como vem sendo tratada pelos estudiosos na área, e como estão compreendendo e fazendo ser compreendida do ponto de vista social e/ou acadêmico.

O papel das universidades é fundante na produção do conhecimento e na sua difusão e compreensão, evidenciando seu papel social. Juntamo-nos a Martins (2008) na compreensão de que somente a serviço da coletividade e rompendo com lógicas hegemônica, será possível ao homem simples perceber as contradições que impossibilitam o crescimento e a transformação do meio social. Almejamos que o conhecimento produzido na universidade, em seus espaços de construção do conhecimento acadêmico e científico se volte à “globalidade da dignidade humana, de recuperação histórica dos indivíduos, da reintegração da sociedade [...]” (Sobrinho, 2005, p. 245).

A pesquisa realizada foi dividida em duas fases, na primeira levantou dados referentes a grupos de pesquisa sobre avaliação da qualidade da educação superior,

seus resultados foram apresentados em produções nacionais e internacionais. Na segunda fase, que ora apresentamos, focamos no estudo da produção do conhecimento científico sobre a avaliação da educação superior nas universidades públicas da região amazônica, da região norte do país, no período de 2015-2023.

O objetivo para a segunda fase foi mapear e discutir a produção do conhecimento sobre avaliação da educação superior produzida em dissertações de mestrado e teses de doutorado, com o propósito identificar movimentos de resistência epistemológica com produção de diferentes cosmovisões contra-hegemônicas.

A relevância do estudo aqui apresentado, também se justifica pela amplitude de questões que serão reveladas ao fim, e de suas contribuições epistemológicas para o adensamento dos estudos na área pelos grupos de pesquisas, pesquisadores, alunos de graduação, pós-graduação e pela sociedade em geral.

PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A discussão acerca da produção do conhecimento no interior das atuais reconfigurações do capital assenta-se na homogeneização de uma diferença epistemológica persistente, que não reconhece a existência de outros saberes, e que se constitui em hierarquização epistemológica, gerando processos de marginalização ou liquidações de outros conhecimentos. O novo imperialismo hegemônico nutre-se de fascínio pela produção do conhecimento e dos avanços da tecnologia da informação.

Um imperialismo “sutil” e benevolente invade os processos e reformas educacionais, a partir do Eurocentrismo e do centralismo americano, dos seus setores educativos, tendo como intencionalidade um redesenho da universidade e da produção de conhecimento no interior das instituições, por razões ligadas às finalidades das instituições que tem como missão a produção do conhecimento, a investigação e a formação de capital humano¹ (Leite; Genro, 2012). A sutileza com que

¹ O resultado deste processo de intensa acumulação, particularmente nos países capitalistas centrais, foi um profundo revolucionamento da base técnica do processo produtivo (Terceira Revolução Industrial), com impactos, positivos e negativos sobre o trabalho humano. Configura-se uma nova divisão, mudança no conteúdo, quantidade e qualidade do trabalho e novas demandas de qualificação humana (Frigotto, 2003, p. 60).

essas transformações vão incidindo nas gestões acadêmicas no interior das instituições, na maioria das vezes, se estabelece pelo consentimento e pela adesão.

O conceito de “aldeia global” configura-se na máxima de “um mundo só” pelos trilhos do mercado global, nesse cenário a tecnociência se desenvolve sob os condicionantes do mercado, ou seja, a ciência passa a produzir conhecimentos que interessam ao mercado (Santos, 2015). Um contexto de políticas econômicas, sociais e educacionais, dentre outras áreas, proporciona as bases de um sistema ideológico que legitima e convence os atores sociais sob a lógica transformativa, mas também especulativa do capital.

A nova lógica do capital, no que tange a educação, sustenta a ideia de uma economia educacional baseada na produção de conhecimento, no capital humano, no uso da tecnologia e da informação, proporcionando assim capacidades cognitivas e aptidões relativas aos processos exigentes da nova ordem econômica. Duas ideias se difundem no papel da educação sob a nova lógica do capital – Economia do conhecimento e Sociedade da Informação, estabelecendo novas relações entre pesquisadores (artesões de conhecimento) e os “consumidores” deste conhecimento (mercados regionais e mundiais). Sob a distorção da concepção de conhecimento, sendo traduzido sob a égide da formação qualificada de recursos humanos e a possibilidade de desenvolvimento científico-tecnológico para inserção nos mercados mundiais.

A questão posta pressupõe entender a lógica do capital que conduz diretrizes de políticas públicas, que, neste estudo, problematiza a produção do conhecimento nas universidades da Amazônia, em especial a produção relativa à temática das políticas de avaliação da educação superior. Isto posto, as discussões sobre a educação no contexto da era global e dos novos arranjos do capital, trouxe à tona a produção do conhecimento, o conhecimento produzido nas universidades, seja nos estudos *stricto sensu* ou nas pesquisas dos grupos ou de pesquisadores individualmente.

Nesse contexto, faz-se necessário tensionar a produção do conhecimento nas universidades, em especial entendê-la diante da pressão da produtividade, da comercialização do conhecimento e epistemologias hegemônicas. Logo, tem-se opções analíticas para o estudo, a começar pelo conceito de Harvey (2014), o de capital:

O capital é um processo, e não uma coisa. É um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicados. Suas regras internalizadas de operação são concebidas de maneira a garantir que ele seja um modo dinâmico e revolucionário de organização social que transforma incansável e incessantemente a sociedade em que está inserido. O processo mascara e fetichiza, alcança crescimento mediante a destruição criativa, cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade do trabalho e do desejo humano, transforma espaços e acelera o ritmo de vida. Ele gera problemas de superacumulação para os quais há apenas um número limitado de soluções possíveis (Harvey, 2014, p. 308).

A universidade assume importante papel na dinâmica da produção do conhecimento, os novos tempos exigem um conhecimento que concilie a formação de pesquisas e construções epistemológicas com atividades essenciais à formação de capital humano sob a lógica do capital - privilegiando a formação para o mundo do mercado em detrimento da formação cidadã, a nova epistemologia preconiza a formação do intelectual do negócio. A universidade sob a nova epistemologia do conhecimento, sob a lógica do capital tem suas produções privilegiando a relação universidade-indústria. A relação universidade-indústria se explica a partir do que se denomina mercadorização do conhecimento universitário, onde a produção do conhecimento pela universidade passa a ser um campo de valorização por parte do capitalismo, mas uma valorização às avessas, porque torna-se meio para o alcance do desenvolvimento das sociedades da informação a serviço do capital, e não mais da sociedade.

O desafio de pensar na produção do conhecimento como superação do paradigma dominante do conhecimento sob a lógica do capital, e contrapondo-se a essa posição, desafiando-se ao pensar crítico para indagar outros saberes, outras experiências como alternativas de superação da hegemonia do capital na produção do conhecimento, torna-se opção de análise do estudo, sendo a mais central. Consiste em entender a categoria analítica da contra-hegemonia, a partir da valorização do conhecimento plural, de um conhecimento prudente (Santos, 2006) e o reconhecimento de que há epistemologias reguladoras - Paradigma dominante.

É importante refletir acerca da política de avaliação enquanto ferramenta integrante de uma prática discursiva geradora de saber/poder, possibilitando, simultaneamente, processos emancipatórios/contra-hegemônicos. Principalmente quando as aspirações nacionais em relação ao processo educativo de seu povo são (ou deveriam ser) estabelecidas pelas políticas educacionais assumidas pelo Estado. Por meio de leis, decretos, portarias, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996), Plano Nacional de Educação (PNE) (Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014).

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) é uma política nacional voltada para atender o conceito de qualidade da oferta da educação. Porém, o conceito de qualidade proposto no Sinaes, surge de um modelo, considerado hegemônico, devendo ser seguido para atender aos padrões internacionais, em especial dos países mais desenvolvidos, contudo, esse modelo se aproxima das realidades nacionais dos países considerados em desenvolvimento. A pesquisa que trabalhamos, em alguma medida pretendeu responder a esta questão sob a lupa da produção do conhecimento sobre a avaliação, no campo das pesquisas em políticas educacionais, no Norte do país.

Mediante aspectos regulamentares de política neoliberal para educação superior, os impactos na produção do conhecimento se fundamentam na prática de pesquisas e construções epistemológicas que privilegiem a formação profissional. O conhecimento é fundamental no desenvolvimento social, e sua valorização é visível em todas as políticas para a educação superior, todavia, o reconhecimento do valor da produção deste conhecimento e sua viabilidade encontram-se comprometidos pelos modelos hegemônicos - o conhecimento aceitável. Sobre essa questão, Harvey (2014, p. 123) completa que “a produção organizada do conhecimento passou por notável expansão nas últimas décadas, ao mesmo tempo em que assumiu cada vez mais um cunho comercial [...]”.

Nesse contexto, apresentar estudos sobre a produção do conhecimento em avaliação de políticas para educação superior, nos motiva duplamente, uma pela compreensão de como estamos produzindo conhecimento para uma sociedade que necessita de movimentos de resistência às imposições da lógica do capital, e por outro

lado, pela necessidade de se compreender a avaliação da educação superior sob a lógica de uma globalização contra-hegemônica.

Mediante essas reflexões, a questão norteadora central do estudo foi: que movimentos de resistência na produção do conhecimento local se revelam a partir dos conceitos presentes nos estudos acerca da avaliação da educação superior, em dissertações e teses, produzidas nas linhas de pesquisas em políticas educacionais dos PPGEDs, de universidades públicas amazônicas, especificamente do Norte do Brasil?

Nessa perspectiva, seguem como questões norteadoras: a) que cosmovisões surgem a partir dos estudos na área da avaliação da educação superior na Amazônia? b) quais categorias analíticas contra-hegemônicas sustentam essas pesquisas?

HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA: TENSÕES EPISTEMOLÓGICAS

Um recorte analítico que caminha na perspectiva de uma posição contra-hegemônica para análise do objeto, está baseada na perspectiva de que “o objetivo central dos que lutam contra a sociedade mercantil, a alienação e a intolerância é a emancipação humana” (Mészáros, 2005, p. 15).

Isto posto, necessário se faz, pensar a produção do conhecimento com significados que produzem novas perspectivas epistemológicas dialógicas e reflexivas. Se considerarmos uma sociedade onde a produção do conhecimento pode tornar-se mais um movimento de um jogo, onde o conhecimento pode ser manipulável, a possibilidade de criar maiores espaços de autonomia e escolhas (Melucci, 2005).

Segundo Moraes (2010), o desafio mais central ao pensamento contra-hegemônico consiste na visibilidade pública dos enfoques ideológicos, o que contribui para a identificação de relações sutis de coesão e dominação com vistas a revelação de relações de poder. A produção do conhecimento em uma via contra-hegemônica, que transcende a alienação produzida pelo conhecimento hegemônico, produz uma virada a esquerda que viabiliza a emancipação humana e social, política, econômica, cultural, étnica, de gênero, ecológicas e críticas, colocando em evidência processos de dominação e alienação.

Para Gramsci (1999), a hegemonia não se refere, exclusivamente, ao domínio pela força, mas compreende outros espaços sociais, culturais, morais, desarticulando formas contrárias, utilizando também de discursos bem elaborados com estratégias de convencimento e persuasão, com interpretações que visam a consolidar ideologias que assegurem a dominação. Gramsci (1999), considera a importância da expansão da luta de classes através da difusão de produções culturais e pedagógicas com capacidade de aprofundar a consciência e a transformação social.

Ao discutir a construção de uma nova civilização por parte dos grupos sociais subalternos, Gramsci (1999) traz a pauta o conceito de reforma intelectual e moral. Para o autor trata-se da conquista da hegemonia, definida por ele como um processo “molecular”, muitas vezes apresentando-se como lento, paulatino, envolvendo fusões do velho com o novo, progressos e retrocessos, cessão e aquisição. A conquista da hegemonia não é um processo mecânico, linear e arbitrário.

Uma concepção de mundo não se entranha na sociedade e se torna um modo de ser e sentir se ela não é “viva” para responder às demandas de um determinado tempo. Ela não conseguirá substituir as velhas concepções se não se apresentar intimamente fundida com um programa político e uma concepção da história que o povo reconheça como expressão das suas necessidades vitais.

O conceito de hegemonia tem origem no quadro teórico desenvolvido por Gramsci (1971) que procurou rebater interpretações da obra de Marx que se cingem a uma visão economicista que, através do materialismo histórico, oferecem uma perspectiva determinista da realidade cultural e política. A hegemonia é então definida como um “consentimento espontâneo dado por uma grande massa de população à direção geral imposta na vida social pelo grupo dominante fundamental (bloco histórico)” (Gramsci, 1992, p. 12). A hegemonia encontra-se assim ligada a: i) um processo ativo que envolve produção, reprodução e mobilização do consentimento popular; ii) a uma inclusão de interesses dos grupos subordinados (ir para além dos interesses imediatos do grupo hegemônico) – hegemonia incorporada, de modo a alcançar valores e normas que possuem um apelo significativo universal (Gramsci, 1992).

Na perspectiva de contraposição, Gramsci (1992) trabalha a noção de contra-hegemonia inversamente relacionada com a promoção de uma consciência hegemônica. Para Gramsci (1992), os movimentos sociais têm de se tornar hegemônicos de modo a assegurarem uma liderança generalizada sobre uma maioria decisiva. No entanto, um projeto contra-hegemônico não constitui algo pronto, mas antes uma preparação, cujo desígnio que se deve articular com a situação na qual as pessoas se encontram, e através da transformação dos elementos constitutivos da ideologia prevalecente.

Assim, pensar contra-hegemônico, em especial quando tensionamos as políticas de avaliação, é perspectivar uma produção do conhecimento que revele as engrenagens no sistema de regulação da educação superior no Brasil e, de modo especial no Norte da Amazônia, dada as suas especificidades territoriais. Portanto, a contra-hegemonia, segundo Gramsci, é a categoria de análise, por assumir um papel de revelar campos de tensão, de contraposição, de denúncia, possibilitando a construção de compreensões de combate a racionalidades hegemônicas.

TRILHAS METODOLÓGICAS

Para o presente estudo optamos por uma pesquisa do estado do conhecimento (EC), que consiste na “identificação, registro, categorização que levem a reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica” (Morosini; Santos; Bitencourt, 2021, p. 61).

Essa produção do conhecimento teve como lócus privilegiado as pesquisas defendidas em Programas de Pós-graduação de universidades federais da região Norte da Amazônia brasileira², cadastradas no diretório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no período de 2015-2023. Dentre as linhas de investigação contidas nos Programas de Pós-Graduação em

² Região Norte é composta por sete estados brasileiros, sendo a maior em extensão territorial e a que concentra a maior área verde do país, com a Floresta Amazônica: Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará e Tocantins. Com uma área territorial de 3.853.576,6 km², correspondendo a 45% do território brasileiro. População estimada de 18.430.980 habitantes (IBGE, 2023).

Educação (PPGEs) privilegamos a Linha de pesquisa cujo nome contém a expressão Políticas Públicas ou Estado. A justificativa para o recorte deu-se devido a temática do Sinaes está concentrada em estudos de políticas educacionais, pois faz parte de uma política de asseguramento da qualidade da educação superior.

Delimitamos o período para o levantamento das produções nos anos de 2015 a 2023 devido à expansão dos programas de pós-graduação em educação nas universidades da região norte da Amazônia; o período marca nossa experiência com pesquisa na área da avaliação em instituições da região norte da Amazônia e pela aproximação dos 20 anos do Sinaes.

Para o levantamento das produções, mapeamos os PPGEs das universidades foco da investigação e buscamos as linhas de pesquisas sobre políticas educacionais e/ou Estado. Selecionamos as linhas que apresentaram alguma produção sobre a temática da avaliação na educação superior bem como a pesquisa realizada.

Realizamos as fases necessárias ao Estado do Conhecimento. Na fase da bibliografia anotada, na qual os documentos encontrados constituem um banco de dados com os resumos, ano de publicação, autores, título e palavras-chave, realizou-se a leitura dos resumos. Na segunda etapa Bibliografia Sistematizada, passamos a filtrar os estudos em ano, autor, título, nível, objetivos, metodologia e resultados.

Na terceira fase “Bibliografia Categorizada”, onde realizam-se aproximações entre os estudos e por categorização temática, procedeu-se uma análise mais profunda dos conteúdos dos estudos selecionados. As categorias selecionadas foram: políticas públicas em educação superior; Sinaes; hegemonia e contra-hegemonia. Organizou-se uma tabela com os dados mais detalhados dos estudos para a etapa seguinte, quando ocorre uma aproximação das palavras-chaves com o objeto de estudo. Nesta fase não conseguimos ampliar as categorias, pois identificamos que a produção que utiliza a categoria contra-hegemônica é muito tímida. Portanto, seguimos com a definição de cada categoria e suas fundamentações epistemológicas. E, avançamos para a última fase da metodologia do Estado do Conhecimento, elaborando inferências propositivas aos resultados das pesquisas e construindo reflexões sobre a temática articulada aos estudos.

RESULTADOS ALCANÇADOS

O campo de estudo que adentramos foi o da produção do conhecimento nas universidades públicas do Norte da Amazônia brasileira, no âmbito dos programas de mestrado e doutorado em educação, especificamente, dos PPGEs que possuem a linha de Pesquisa em políticas educacionais e/ou Estado e/ou avaliação, no período de 2015 a 2023.

Das 11 universidades públicas da Região Norte da Amazônia brasileira, quais sejam: Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Universidade Estadual do Pará (UEPA), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal do Tocantins (UFT), detectamos a existência de 10 (dez) PPGEs, sendo que somente 05 possuem no nome da linha a palavra Estado ou Políticas Educacionais.

No quadro abaixo explicitamos os 05 Programas de Pós-graduação em Educação e a respectiva linha de pesquisa.

Quadro 1: Universidades públicas do norte da Amazônia brasileira, com programa de pós-graduação em educação e linha de pesquisa em Estado e/ou políticas educacionais

Universidades públicas	Nome do PPGEs	Nome da linha
Universidade Federal do Pará	Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED	Políticas Públicas Educacionais
Universidade Federal do Pará	Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura - PPGEDUC	Políticas e Sociedades
Universidade Federal do Amapá	Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED	Políticas Educacionais
Universidade Federal do Amazonas	Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE	Educação, Estado e Sociedade na Amazônia
Universidade Federal do Acre	Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE	Políticas e Gestão Educacional

Fonte: Elaboração das autoras com base nos dados disponibilizados nos sites dos PPGEs, (2024).

Nas 05 linhas de pesquisa realizou-se a busca pelas dissertações e teses com foco na avaliação da educação superior e encontramos somente 01 (dissertação) no PPGED/Unifap, no período de 2015-2023, conforme explicitado na tabela abaixo:

Tabela 1. Número de dissertações sobre avaliação da educação superior produzidas na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), Linha de Pesquisa Políticas Educacionais, período de 2015-2023

Anos	Dissertações na linha de pesquisa	Dissertação sobre avaliação da educação superior
2015	0	0
2016	0	0
2017	0	0
2018	0	0
2019	12	0
2020	12	0
2021	6	0
2022	10	0
2023	14	01
TOTAL	54	01

Fonte: Elaboração das autoras com base nos dados disponíveis no site do PPGED/UNIFAP (2024).

No estudo em questão (Lima, 2023, p. 110), revela-se que “é preciso tomar a avaliação como um chamado para perturbar os modelos que se perpetuam nos muros das IES e, em seus governos [...]”. No estudo constrói críticas às avaliações padronizadas sob a ótica neoliberal. Analisa que o conceito de internacionalização sob a perspectiva dos processos de Acreditação e Avaliação da Qualidade da Educação Superior distancia-se de processos democráticos, indicando tensionamentos nas relações hegemônicas que estabelecem padronização dos indicadores de qualidade. É possível identificar nos estudos de Lima (2023) categorias que se colocam contra-hegemônicas as diretrizes das avaliações hegemônicas, tais como: Democracia, participação ativa e internacionalização solidária.

Em se tratando de tese, no período do estudo, encontrou-se 01 tese no PPGED/UFPA, como demonstra a tabela a seguir:

Tabela 2. Número de teses sobre avaliação da educação superior produzidas na Universidade Federal do Pará (UFPA), Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), Linha de Pesquisa Políticas Públicas Educacionais, período de 2015-2023

Anos	Quantidade de teses na linha de pesquisa políticas públicas educacionais	Quantidade de teses sobre avaliação da educação superior
2015	04	0
2016	07	1
2017	12	0
2018	05	0
2019	09	0
2020	03	0
2021	01	0
2022	04	0
2023	07	0
TOTAL	52	01

Fonte: Elaboração das autoras com base nos dados disponíveis no site do PPGED/UFPA (2024)

O autor Gonçalves Filho (2016, p. 9) traz um estudo com o objetivo de “analisar a implementação do Sinaes, na UFT, com vistas a revelar as causas do baixo nível de participação da comunidade acadêmica no processo de avaliação e suas implicações na autonomia da instituição.” O estudo de Gonçalves revela achados que contribuem com os estudos acerca do Sinaes, ao afirmar que

[...] a avaliação institucional se dá de forma verticalizada, ferindo a autonomia da instituição, na medida em que segue, de forma acrítica, o que vem determinado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, sendo utilizado mais como um mecanismo de controle e regulação do que de promotor tanto da participação democrática no interior da instituição quanto do aperfeiçoamento dessa última. Pôde-se concluir que uma reformulação da política de avaliação institucional deverá considerar o fortalecimento da autonomia universitária, a ampla participação dos segmentos docente, discente e técnico administrativo, bem como a infraestrutura e o orçamento necessário à manutenção e expansão da instituição pública de educação superior (Gonçalves Filho, 2016, p. 9).

As reflexões de Gonçalves filho (2016) revelam no contexto das ações avaliativas do Sinaes, uma tendência epistemológica democrática e formativa, porém, os estudos no campo do empirismo apontam uma racionalidade instrumental, formada por

indicadores de rendimentos, caracterizando-se como um modelo misto. Já abordarmos a questão da contradição presente nas concepções do Sinaes, há uma tendência democrática e formativa na linha filosófica e conceitual, porém na trajetória das normativas e indicadores a tendência que se coloca é a reguladora.

Segundo o autor na aplicação do Sinaes há um controle enquanto política e, na sua concepção defende a democracia representativa; todavia, apresenta-se menos democrática e cada vez mais um sistema regulador, produtivista, retroativo, pontual, competitivo e voltado para o controle da qualidade da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passamos a última fase da metodologia do Estado do Conhecimento, onde elaboramos inferências propositivas aos resultados dos estudos, refletindo a temática a partir dos estudos, fechando assim o ciclo do Estado do Conhecimento.

A produção do Conhecimento analisada trouxe a contextualização da avaliação no cenário global, através dos estudos da avaliação internacional, bem como a dinâmica do Sinaes, no campo das Instituições de Ensino Superior (IES) nacionais. As representações epistemológicas revelam características da atual crise educacional no contexto global.

No que trata dos conceitos de hegemonia é presente o desvelar da alienação que muitas vezes perpassa pelas políticas públicas e seus objetivos. Ainda percebemos uma tensão em manifestação de possibilidades contra-hegemônicas. Nas produções um conhecimento acerca dos mecanismos de regulação do Sinaes, os estudos trazem indicações necessárias para rupturas que trilham para um conhecimento contra-hegemônico. Um achado é a pouca produção, conforme dados expostos que impactam ainda, na mínima produção do conhecimento na área.

Uma outra questão é a forma contraditória às características emancipatórias requeridas pelos estudos que fazem um alerta quanto à instauração de uma cultura global e hegemônica de avaliação da educação seguindo um modelo europeu, com normatizações fortemente regulatórias, similares aos utilizados em ações de auditoria no âmbito empresarial. A contribuição dos estudos se focaliza na análise mais pontual

em relação à dualidade que provoca certa tensão que permeia o Sinaes: a relação dicotômica entre a regulação e a emancipação da avaliação. A possibilidade contra-hegemônica ainda se revela discreta e sutil, sem experiências que tenham se mostrado exitosas ou inovadoras na área.

Uma reflexão acerca das produções é o desafio de pensar o que é hegemônico nas discussões acerca dos sistemas de avaliação. No que diz respeito a análise crítica, tão importante para repensarmos as políticas públicas e seus impactos sociais, as produções ainda precisam caminhar na construção de epistemologias que superem o discurso do centralizador das epistemologias eurocêntrica. O desafio é produzir epistemologias, oriundas de produções “carimbadas” com o selo de submissas e dependentes (Harvey, 2014).

Para continuar a discussão, este estudo nos fez pensar quais as causas de pouca produção na região acerca da temática, mas é um caso que merece atenção e, que não diz respeito somente a produção na área da avaliação. De forma geral, os baixos investimentos em pesquisa na região norte, em especial na área de políticas educacionais, a região ainda é emergente na área da pesquisa, porém este dado não converge em investimentos dos órgãos de fomento. É importante destacar que alguns pesquisadores afiliados ao PPGED's produzem na área, mas tiveram formação centrada em outras IFEs no sul e sudeste.

REFERÊNCIAS

BRASIL ESCOLA UOL. (23 de 02 de 2022). Fonte: UOL: <HTTPS://brasilecola.uol.com.br/regiao-norte.htm>

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2003.

GONÇALVES FILHO, F. **A avaliação institucional na Universidade Federal do Tocantins (2004-2010)**. 2016. 177 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2016.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere. Introdução ao Estudo da Filosofia**. A Filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

GRAMSCI, A. **Escritos Políticos**. Lisboa: Seara Nova, v. 1, 1971.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2014.

IBGE. Fonte: IBGE: www.ibge.gov.br .acessado em : 10/03/2023.

LEITE, D.; GENRO, M. E. Quo Vadis? Avaliação e Internacionalização da Educação Superior. In: LEITE, D. (org.), **Políticas de Evaluacion Universitária en América Latin**. Buenos Aires-AR: CLACSO, 2012.

LIMA, L. B. **A internacionalização da educação superior do sistema arcu-sul do mercosul educativo: o que revelam as diretrizes de avaliação da graduação?**. 2023. 192 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2023.

MARTINS, J. **A Sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Contexto, 2008.

MELUCCI, A. **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MORAES, D. Comunicação, hegemonia e Contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan./jun. 2010

MOROSINI, M.; SANTOS, P.; BITENCOURT, Z. **Estado do Conhecimento: teoria e prática**. Curitiba: CRV, 2021.

SANTOS, B. S. **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre ciências**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SANTOS, M. G. **Teias do pensar democrático presentes nos discursos dos atores das redes de agências de acreditação e avaliação da qualidade da educação superior na américa latina: as vozes do lado de lá**. 2016. 243 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

DIAS SOBRINHO, J. **Dilemas da Educação Superior no Mundo Globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.